

## O POLÍTICO NAS FÓRMULAS DA SEXUAÇÃO: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE LACAN E LACLAU\*

THE POLITICAL IN THE FORMULAS OF SEXUATION: AN ARTICULATION BETWEEN LACAN AND LACLAU

Ana Carolina Silva\*\*

Jacqueline de Oliveira Moreira\*\*\*

### RESUMO

O presente trabalho busca apresentar uma via possível de articulação entre psicanálise e política, a partir do estabelecimento de uma chave de leitura analítico-crítica que possibilite a construção das relações entre esses campos. Nesse percurso, com Sigmund Freud, Jacques Lacan e Ernesto Laclau, localizamos o caráter político da proposição lacaniana “não há relação sexual”, a partir da escrita desse impasse pelas fórmulas da sexuação, em analogia à operação hegemônica de constituição do social, que parte da lógica da impossibilidade do objeto “Sociedade”. Tratamos, assim, de investigar a operação de modalização da dimensão do impossível quanto ao político e ao sexual considerando-se o ab-senso irreduzível na constituição do tecido social e na constituição subjetiva da sexualidade, remetendo a ordem do real a uma sedimentação sempre falhamente constituída. Tal desenvolvimento orienta teoria e clínica que encontram uma matriz do político, afinal, se Freud faz um furo no discurso político-social de sua época – e das seguintes – ao propor uma teoria da sexualidade, consideramos que o alcance de seu empreendimento, ainda que não premeditado, tem ressonâncias para a própria psicanálise.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicanálise; sexual; fórmulas da sexuação; teoria da hegemonia; político.

### ABSTRACT

The present work aims to present a possible articulation between psychoanalysis and politics, from the proposition of an analytical and critical reading key that allows the construction of the relations between these fields. Along with Sigmund Freud, Jacques Lacan and Ernesto Laclau we locate the political nature on the Lacanian proposition “there is no sexual relationship” at the writing of this impasse through the formulas of sexuation in analogy to the hegemonic operation of social constitution, corollary to the logic of the impossibility of the object “Society”. This way, we investigate the operational modalization of the impossible within the political and the sexual dimensions considering the irreducible ab-sense on social constitution and on the subjective constitution of the sexuality, sending the Real extent to a sedimentation always flawedly constituted. Such enterprise guides a clinic that encounters a matrix of the political, after all, if Freud makes a hole in the political and social discourse of his time – and the followings – by proposing a sexuality theory, we consider that the achieve of his enterprise – although not premeditated – has resonances to psychoanalysis itself. This work is an attempt of developing the questioning under taking these resonances as tools to advancing the clinic.

**Keywords:** psychoanalysis; sexual; formulas of sexuation; theory of hegemony; political.

---

\* Artigo recebido em 18/11/2023 e aprovado para publicação em 20/03/2024

\*\* Doutoranda e mestra em Psicologia pela PUC Minas. E-mail: [backupanacarolinadias@gmail.com](mailto:backupanacarolinadias@gmail.com).

\*\*\* Doutora em Psicologia pela PUC-SP. Mestre em Filosofia pela UFMG e graduada em Psicologia pela mesma Universidade. Professora de Psicologia da PUC Minas. E-mail: [jackdrawin@yahoo.com.br](mailto:jackdrawin@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa teórico-conceitual que buscou uma via possível de articulação entre psicanálise e política, a partir da proposta de uma chave de leitura crítica que levou à construção das relações entre esses campos. Para tanto, valemos da concepção do político, a partir da teoria da hegemonia de Ernesto Laclau, e da noção de sexuação de Jacques Lacan como operadores analíticos. Essa aproximação se fez possível por um movimento hermenêutico interpretativo (Gadamer, 1997) que buscou analisar o caráter de indeterminação que rompe a substância da sociedade diante da impossibilidade de totalização do social, e a lógica da impossibilidade da relação sexual, que indica que o sexual é índice de um impasse de constituição do ser falante como unidade fechada. Dessa maneira, no quê de inapreensível perpassa as constituições subjetiva e social, localizamos o sexual e o político. A lógica hegemônica e as fórmulas da sexuação são tomadas como operações articulatórias frente a tais impossibilidades, uma vez que, desfeita a ilusão de um fundamento em última instância, de uma totalidade fechada em si mesma, é preciso delinear em que instâncias sujeitos e agentes sociais atuam.

Entendemos que nosso esforço de aproximação entre o político e a psicanálise se justifica não apenas por uma necessidade de explorarmos os alcances da equivalência proposta por Freud (2020b) entre as psicologias social e individual, mas também por apostarmos que tal localização permite efeitos para a prática clínica, pois os novos desafios políticos e sintomas daí decorrentes contestam as respostas clássicas da psicanálise, de maneira a nos convocar a refletir criticamente sobre sua possibilidade futura. Para esse percurso, vislumbramos que a teoria política pode nos auxiliar numa operação conduzida pelas hiências.

O historiador e teórico político argentino Ernesto Laclau (1935-2014) cunha sua teoria do discurso da Escola de Essex em parceria com a cientista política belga Chantal Mouffe, em 1985, com a publicação do volume *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical e plural* (Laclau; Mouffe, 2015). Esse volume constitui-se como uma consistente crítica à teoria marxiana em termos do essencialismo das lutas políticas vislumbrado no argumento da centralidade da classe econômica, que não apontava para uma *construção* política, mas se constituía como um fundamento em si. A releitura que os autores propõem é provocada por sua análise do impasse que recai sobre a teoria marxiana em meados dos anos de 1970, uma vez que suas categorias passam a ser obsoletas frente às

realidades do capitalismo contemporâneo. Diante desse cenário, os autores concluem que não seria possível trabalhar com uma aplicação justaposta do marxismo clássico às novas tendências e novos problemas. Dessa maneira, o caráter pós-marxista do trabalho de Laclau e Mouffe baseia-se na reapropriação da tradição intelectual a partir do estudo da história interna do marxismo, tomando campos epistêmicos híbridos para uma desconstrução na análise social. Sob influências teóricas de Marx, Gramsci, Althusser, Freud, Lacan, Foucault, Derrida, Wittgenstein, Heidegger (entre outros), perpassadas por uma ação política latino-americana num contexto marcado por pensamento e práticas populistas que sofreram severos ataques e críticas, Ernesto Laclau sedimenta sua teoria política.

Aqui, cabe-nos recuperar que, dentre outros autores, a pós-marxista e pós-fundacionalista teoria democrática radical e plural de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe tem fortes raízes na concepção da “invenção democrática” do filósofo político francês Claude Lefort (1924-2010), visto que o modo de articulação democrático vislumbrado por ele trazia em seu núcleo um importante caráter de indeterminação, que ajudava os autores a sustentar o argumento da crise da concepção essencialista da ordem social. Muitas outras referências, já mencionadas acima, foram importantes para essa teoria em seu caráter antifundacionalista, especialmente Heidegger e Derrida. Entretanto, gostaríamos de isolar uma passagem a respeito da democracia em Lefort (1987, p. 120):

Ora, na medida em que aparece separado do príncipe, na medida em que se enuncia como poder de ninguém, na medida em que aponta para um núcleo latente, repito – o povo –, [o poder] corre o risco de ver sua função simbólica anulada, de decair nas representações coletivas no nível do real, do contingente, quando os conflitos se exasperam e conduzem a sociedade ao limite da fratura.

Considerando que a invenção democrática instalou uma contingencialidade constitutiva na relação entre o poder, a lei e o saber – agora disjuntos – Laclau e Mouffe (2015, p. 171) demonstram que esse limite da fratura na constituição social representa um *status* do político por excelência, indicando a “impossibilidade do objeto ‘sociedade’ com uma totalidade racionalmente unificada”. Uma vez que para a teoria da hegemonia, o social não se constitui como unidade, mas sim por uma fratura que define seu caráter aberto e de incompletude, entendemos ser esta adequada ao empreendimento de construir as relações entre o político e a psicanálise, pois sabemos que Freud, ao “sugerir um objeto de descentramento radical: ‘o inconsciente’” (Assoun, 1983, p. 243), anuncia a impossibilidade de um pensamento fundamentado em qualquer totalidade.

Na sequência desse movimento que institui um sujeito descentrado, atravessado por uma instância que demarca uma fratura irremediável, marcamos nossa posição no cenário psicanalítico considerando os avanços proporcionados pelos desenvolvimentos de Jacques Lacan (2008b, p. 32-33), para quem:

[...] a descontinuidade, esta então a forma essencial com que nos aparece de saída o inconsciente como fenômeno – a descontinuidade, na qual alguma coisa se manifesta como vacilação. Ora, se essa descontinuidade tem esse caráter absoluto, inaugural, no caminho da descoberta de Freud, será que devemos colocá-la [...] sobre o fundo de uma totalidade? Será que o *um* é anterior à descontinuidade? Penso que não, e tudo que ensinei esses últimos anos tendia a revirar essa exigência de um *um* fechado [...]. Vocês concordarão comigo em que o *um* que é introduzido pela experiência do inconsciente é o *um* da fenda, do traço, da ruptura.

Existe assim um descentramento provocado pela instituição do inconsciente freudiano na ilusão de uma unidade, reativado por Lacan – inicialmente a partir da linguística estrutural, com a noção de significante e a hiância produzida em sua relação com o significado – que aproximamos à ruptura, ao descentramento do fenômeno democrático, que instala uma “indeterminação radical”, “uma aventura indomesticável” (Lefort, 1987, p. 119) na instituição do social.

Nesse sentido, os fundamentos teóricos de Ernesto Laclau partem justamente da ausência de determinação última da sociedade, sendo a objetividade social constituída, assim, a partir da contingência, o que postula que a realidade é uma construção discursiva por meio de práticas articulatórias. Laclau e Mouffe (2015, p. 187) indicavam que “se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma *sociedade*, o social só existe, no entanto, como um esforço para construir esse objeto impossível”.

Se falamos a partir da psicanálise, logo lembramos que a instituição do inconsciente teve como corolário a investigação “da vida sexual em todas as realizações humanas”. Freud (2016, p. 18) aponta as críticas endereçadas à Psicanálise quanto a essa questão na quarta edição de seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*: “necessitando de temas altissonantes, os críticos chegaram a falar do ‘pansexualismo’ da psicanálise e a fazer a objeção absurda de que ela explica ‘tudo’ pela sexualidade”. E então indica como a concepção de inconsciente, cujas ocorrências ele encontrava nas lacunas das falas de suas analisandas, se liga intuitivamente à noção de sexualidade: “poderíamos nos espantar com isso, se fôssemos capazes de esquecer como os fatores afetivos tornam os indivíduos confusos e esquecidos”. Assim sendo, ao pensarmos sobre o descentramento e a indeterminação que marcam a descoberta do inconsciente, podemos caminhar também em direção à reflexão a respeito da

dimensão do sexual na constituição subjetiva dos seres falantes. As investigações freudianas da vida anímica (psíquica) dos seres humanos revelavam a influência de conteúdos sexuais nos sofrimentos e sintomas neuróticos. Por esse *insight*, Freud respondeu pela genialidade e também por diversas dissidências que envolveram o progresso da teoria e prática psicanalíticas. Entretanto, para tratar da ampliação do conceito de sexualidade com a investigação psicanalítica, Freud se afasta da noção do sexual ligada à função reprodutiva e explora amplamente o circuito de “dissociação do instinto sexual”<sup>1</sup> na composição do desenvolvimento humano (Freud, 2016, p. 161).

Jacques Lacan que, como vimos, reacende os achados freudianos quanto à noção do inconsciente fraturando a ilusão de uma entidade absoluta do eu, potencializa a análise da dimensão do sexual em seu caráter disjuntivo na constituição do sujeito. Sobre a função reprodutora, a genitalidade, Lacan indica que “na verdade ela é dissoluta, não ajuntada, pois em parte alguma é apreensível no sujeito a *ganze Sexualstrebung* [representação da totalidade da pulsão sexual]” (Lacan, 2008b, p. 185). Nessa impossibilidade de aceder a um gozo sexual fechado, reconciliado consigo mesmo, Lacan postula o aforismo “não há relação sexual” (Lacan, 2012, p. 12), indicando que o sexo é, em realidade, a dimensão irreduzível ao *ser* falante, ou seja, por excelência o impasse da instituição ontológica do sujeito. Quando Lacan (2003, p. 480) nos adverte: “o que me aborrece é que os aforismos, que aliás contento-me em apresentar em botão, transformem em reflores os fossos da metafísica”, sentimo-nos convocados a trabalhar tal aforismo de maneira descentrada; aqui, buscando no político subsídios para avançar a psicanálise no que se refere ao princípio de ocupar-se da subjetividade de sua época (Lacan, 1998).

## 1 O POLÍTICO E O SEXUAL

Baseamo-nos em uma célebre afirmação lacaniana para visualizar uma aproximação entre esses domínios – psicanálise e política – pela via do campo do sexual:

[...] que se Freud escreveu em algum lugar que ‘a anatomia é o destino’ há aí talvez um momento onde (*sic*), quando se voltar a uma sã percepção do que Freud nos descobriu, se dirá não digo mesmo ‘política é o inconsciente’, mas simplesmente, ‘o inconsciente é a política’! (Lacan, 2008a, p. 350).

---

<sup>1</sup> Nessa edição permanecem as dificuldades de tradução do termo *Trieb*; o editor optou por ‘instinto’ em vez de ‘pulsão’.

Devemos retomar que a expressão “a anatomia é o destino” encontra-se no texto sobre *O declínio do complexo de Édipo*, que traz à tona as consequências distintas da anatomia entre os sexos para o desenvolvimento psíquico, no que se refere aos efeitos do complexo de castração e do complexo de Édipo (Freud, 2020a, p. 252). Tal afirmação pode parecer controversa frente aos próprios desenvolvimentos freudianos a respeito da sexualidade, que apontavam sempre um caráter mais amplo e complexo do humano que uma concepção meramente biológica. Mas como indica Lacan (2009, p. 29), “quaisquer que possam ter sido os tropeços a que ele mesmo sucumbiu nesse campo, o que Freud revelou do funcionamento do inconsciente nada tem de biológico”. E nesse sentido, vemos que Lacan retoma algo a respeito da sexualidade quanto à relação que traça entre inconsciente e política que não se resume ao orgânico, à necessidade bruta.

Para Lacan (2008a, p. 356), “a essência do sexo é talvez faltante”. Assim, no inconsciente, a incidência da sexuação não se dá por um sentido unívoco, mas pela disjunção que o sexo porta no que se refere à relação entre os seres falantes. O fato de que “não há relação sexual”, dessa maneira, emparelha-se com um fracasso da apreensão da realidade sexual, e a sexualidade é a via pela qual o sujeito se defende do impasse que o real impõe como experiência de impossibilidade do gozo pleno. Discutindo sobre ontologia e diferença sexual, a filósofa lacaniana e teórica social eslovena Alenka Zupančič (2012, p. 8, tradução nossa) lembra que o real lacaniano “não é um ser, ou uma substância, mas seu impasse” e precisamente por isso, em relação a qualquer ontologia, há um embaraço: não é possível falar do ser na qualidade de ser sem elidir o real, o que aparece como uma “curva no espaço (simbólico) do ser”. Resta, assim, aos seres falantes, a articulação de uma significação que se caracteriza por um esforço em constituir a sexualidade. A psicanálise revelou então que a linguagem dispõe uma redução – produção necessária e falida que buscará restituir o gozo impossível – a partir da função do falo: “todo sujeito como tal, [...] inscreve-se na função fálica para obviar a ausência da relação sexual” (Lacan, 2003, p. 458).

Antes de apresentar tal inscrição, devemos demarcar, portanto, a dimensão paradoxal do falo na constituição das posições sexuadas dos seres falantes: tomamos o falo em sua incapacidade de recobrir totalmente o que é da ordem do sexo – disjunção mais fundamental – ao mesmo tempo que recolhemos a centralidade de um elemento que enquanto função tenta dar conta dessa dimensão “incomensurável”, tentativa fracassada em sua própria constituição. Nesse sentido, o esforço da linguagem em produzir uma significação possível pela função fálica aproxima-se à lógica da operação hegemônica que, frente à impossibilidade de instituir

a sociedade como unidade fechada em si mesma, como fundamento último, como sentido absoluto ou “princípio subjacente de inteligibilidade da ordem social” (Laclau, 2000, p. 104, tradução nossa), constitui o social no esforço de modalização do político. Quanto à modalização dos seres falantes, a instituição das posições sexuadas parte do impasse do gozo sexual inacessível, da ausência de sentido (ab-senso) do real sexual, que indica a instituição do domínio da sexualidade. Analisamos assim as fórmulas da sexuação de Lacan, que apresentam posições sexuadas dos sujeitos no laço social, a partir da ótica da operação hegemônica.

Aqui cabe lembrar ainda uma importante reflexão da filósofa norte-americana Joan Copjec. A autora, que lecionou com Laclau seminários na Universidade de Buffalo, questiona: uma vez que o sexual é entendido como a dimensão que marca a falha em *ser*, ou seja, a falha ontológica fundamental do sujeito humano, “por que insistir em uma dupla falha em ser?” (Copjec, 2014, p. 8, tradução nossa). Ou seja, por que insistir na proposição de duas posições sexuadas, de dois modos de articulação à função fálica como Lacan indica nas fórmulas da sexuação? Para Copjec (2014, p. 7, tradução nossa), não se trata de uma díade sexual de partição binária, mas do fato de que, em função de ser ao mesmo tempo comum a todos os seres, mas não contido, encerrado em si mesmo, “o domínio da sexualidade deve, portanto, ser dividido, cindido de si mesmo, ou: incompleto em sua assunção”. Assim, a cisão que as posições sexuadas propostas por Lacan indicam é testemunho da incompletude da dimensão sexual, mesmo em sua característica mais comum – de fracasso.

Pontuamos dessa maneira que tomamos a proposição das fórmulas da sexuação, ou seja, os modos de articulação à função fálica identificados por Lacan, como uma operação hegemônica, enquanto esforço de fixação de um objeto impossível, que assume sua precariedade. Vemos tanto no campo social, quanto subjetivo, modalizações do impossível, que se apresentam de maneira fracassada, impedida, rompida por seu efeito de tentar dar conta dessa dimensão incomensurável em sua constituição, mas principalmente, operativas.

Para tal assunção, nos valem de um trabalho teórico-conceitual que teve como horizonte metodológico, fundamentalmente a leitura e a interpretação de texto. Assim, selecionamos o método hermenêutico desenvolvido pelo filósofo alemão Hans-Georg Gadamer, que trata sobre o fenômeno da compreensão dos textos, especialmente em sua obra *Verdade e método*. Trabalhamos com dois grandes momentos do processo hermenêutico: compreensão e interpretação; aplicação e tradução. Nos dois primeiros, buscamos integrar os conceitos *hegemonia* e *sexuação* às constelações a que pertencem, a saber, política e

psicanálise. No segundo tempo, procedemos a uma confrontação entre esses operadores analíticos. A seguir, sintetizaremos os resultados dessa estratégia metodológica, começando pela introdução do conceito de hegemonia em Laclau e das fórmulas de sexuação em Lacan.

## 2 HEGEMONIA

Laclau e Mouffe (2015) buscam trabalhar o conceito de hegemonia desde a tradição marxista. Conforme os autores apontam, o conceito surge na social-democracia russa como uma intervenção pontual frente a um colapso, em função da fragmentação da luta de classes, decorrente do desenvolvimento do capitalismo organizado, e avança na concepção leninista de liderança política de aliança de classes, que busca “driblar” os auspícios da contingência. Em ambos os casos, há uma categoria marcada pela necessidade de um ator político, que não correspondia ao avançar da história. Como argumenta Burity (1997, p. 9), “em termos gerais, está em questão a solidez da categoria de necessidade histórica, que vai sendo progressivamente invadida pela lógica da contingência e recuando em seu horizonte explicativo à medida que cresce a fratura”.

O terceiro momento de desenvolvimento do conceito de hegemonia, que atrai fortemente Laclau e Mouffe (2015), encontra-se no pensamento do italiano Antonio Gramsci. Para aqueles autores, as ideias deste constituem um importante elemento no avanço na ‘desessencialização’ da luta política, em função da noção de práticas articulatórias presente nesse pensamento, que fazia avançar a ideia de aliança de classes. Nesta, o acordo entre os grupos “se refere apenas a questões circunstanciais, mas a identidade das forças participantes permanece incontaminada pelo processo de negociação” para a luta política (Laclau, 2011, p. 63). Com Gramsci, a noção de ator político passa a ser a da complexidade de vontades coletivas que resultam “da articulação político-ideológica de forças históricas dispersas e fragmentadas” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 132).

No entanto, mesmo com os avanços encontrados na concepção de Gramsci, Laclau e Mouffe (2015, p. 134) partem do que entendem ser uma incoerência para seguir a postulação de uma noção pós-fundacionalista: “para Gramsci, mesmo que os diversos elementos sociais tenham uma identidade meramente relacional – alcançada por meio de práticas articulatórias – , deve haver sempre um *único* princípio unificante em toda formação hegemônica, e este só pode ser uma classe fundamental”. Laclau e Mouffe, então, radicalizam a noção de hegemonia vislumbrada em Gramsci ao postularem, a partir da precariedade de toda formação



discursiva que está sempre referida ao campo da contingência, a lógica da articulação que não se refere a qualquer movimento natural da história, não existindo um fundamento último de constituição do social. A partir das noções de sobredeterminação, práticas discursivas e articulatórias, antagonismo, equivalência e diferença, os autores demonstram que toda e qualquer formação discursiva representa um limite à objetividade social, sendo sempre resultado de lutas e práticas articulatórias sem fins teleológicos naturais. Essa é a base da operação hegemônica.

Para Laclau (2003, p. 44, tradução nossa), hegemonia então se caracterizará como “mais que uma categoria útil, enquanto define o terreno mesmo em que uma relação política se constitui verdadeiramente”. A lógica hegemônica traz a ideia de emergência de “efeitos universalizantes” a partir de articulações contingentes com conteúdos particulares que assumem seus objetivos “como os únicos compatíveis com o real funcionamento da comunidade” (Laclau, 2003, p. 54, tradução nossa). Laclau (2003, p. 55, tradução nossa) analisa que para que essa construção hegemônica possa operar pela aceitação mais generalizada, ou seja, que faça coincidir a “‘revolução do povo’” e a “‘emancipação’ de uma classe particular da sociedade civil”, ela se dá a partir de um correlato: reconhece-se, pela constituição do símbolo, um obstáculo que aponta um impedimento a que a sociedade possa alcançar sua plenitude. Trata-se da identificação da experiência de um “limite do social [que] deve se dar no interior do próprio social, como algo que o subverte, destruindo sua ambição de constituir uma presença plena” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 204).

Esse processo de assunção de uma universalidade por uma particularidade que transforma seu corpo numa representação incomensurável, processo que se dá pela localização do atravessamento de um impeditivo de constituição plena de qualquer identidade na dinâmica social, é localizado por Laclau (2013) e Laclau e Mouffe (2015) a partir das lógicas da diferença e da equivalência.

A lógica da diferença constitui-se pela afirmação diferencial de demandas sociais em uma totalidade institucional em expansão. Devemos pontuar que para Laclau (2013, p. 122), a “unidade mínima de análise” do populismo enquanto fenômeno que permite compreender a “constituição ontológica do político” (p. 115) é a demanda social – que em sua ambiguidade entre solicitação e exigência, demarca uma transição que é o início da constituição de cadeias de equivalências. A lógica da equivalência articula-se ao subverter o caráter diferencial/institucional desses elementos sociais, para passar a representar algo que vai além da particularidade das demandas – sem, no entanto, eliminá-la por completo –, inicialmente

pelo estabelecimento de laços por insatisfações compartilhadas referenciadas a um símbolo que condensa os “defeitos” da sociedade, constituindo uma fronteira antagônica. Laclau (2003, p. 55, tradução nossa) elucida que “como resultado [da equivalência de uma pluralidade de demandas], estas particularidades também se cindem: através de sua equivalência, elas não permanecem simplesmente como tais, mas sim que, ademais, constituem uma área de efeitos universalizantes”. O jogo político que envolve todos esses termos, portanto, é a articulação hegemônica a partir de

[...] uma compreensão de que o social se funda em torno de práticas contingentes que, para se sedimentarem – se fazerem pretensamente universais diante do rompimento de qualquer justificativa transcendental ou da própria ideologia –, necessitam excluir outras possibilidades de significação do real (Prado, 2019, p. 47).

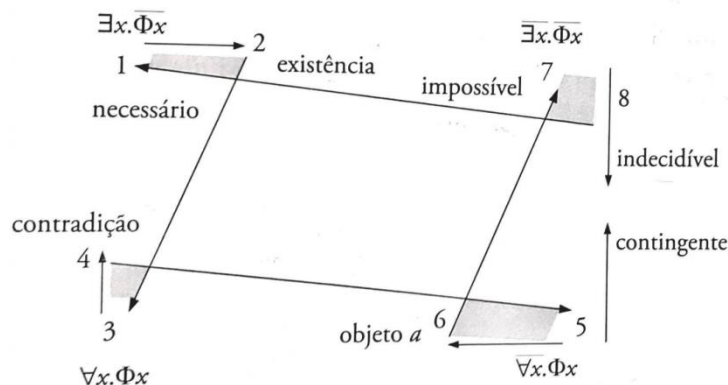
Assim, a formação social se dá por um processo contínuo de práticas articulatórias, construções políticas, lutas sociais sobredeterminadas dos sujeitos. O movimento do sujeito político está diretamente relacionado à postulação de formas de articulação a partir de deslocamentos existentes em função da não completude do social.

Passemos agora à localização das fórmulas da sexuação em sua constelação epistêmica.

### **3 FÓRMULAS DA SEXUAÇÃO**

Conforme vimos discutindo, podemos afirmar que a função fálica não escreve efetivamente o gozo sexual, apresentando-se apenas sob o fundo de uma operação negativada. Trata-se “de uma função para não escrever” (Lacan, 2009, p. 89), no que tange à relação sexual, “fundamental naquilo que não instaura” (Lacan, 2012, p. 41) e por isso privilegiada no discurso analítico. Então, Lacan defenderá a construção de um modo de operar com a impossibilidade da relação sexual a partir da proposição a respeito das fórmulas da sexuação, desvendando uma maneira de operar com o limite da própria escrita.

Tomamos para análise as fórmulas da sexuação como apresentadas no seminário 19, intitulado *...ou pior*. A seguir, reproduzimos o esquema de Lacan (2012).

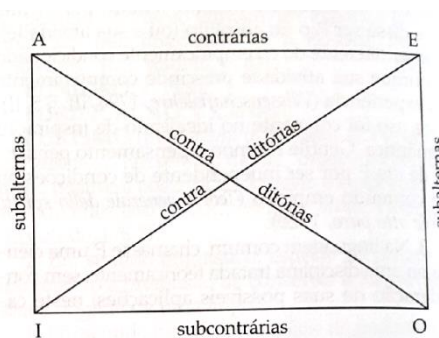


Fonte: Lacan (2012, p. 199).

Observa-se que a representação gráfica das fórmulas da sexuação nesse momento é construída apoiando-se em três registros: o da lógica proposicional; a matemática; e o campo da modalidade – que abrange as categorias aristotélicas, respectivamente opostas, possível e impossível, necessário e contingente (Lacan, 2012, p. 21). Quanto ao primeiro registro, Lacan parte do silogismo aristotélico, ou seja, de categorias proposicionais, que contam com premissas que levam a uma conclusão *necessariamente*, sendo as próprias premissas evidência disso (Ferreira, 2013). As categorias proposicionais, as quatro formas categóricas para os enunciados que compõem um silogismo, a saber, universal afirmativa, particular afirmativa, universal negativa e particular negativa, são a base para as fórmulas da sexuação. São elas, respectivamente: A) “Todos os S são P”; I) “Alguns S são P”; E) “Nenhum S é P” e O) “Alguns S não são P” (Silogismo, 2012, p. 1065).

universal afirmativa

universal negativa



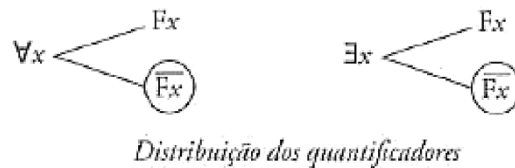
particular afirmativa

particular negativa

Fonte: Silogismo (2012, p. 956).

Lacan opera então um avanço nessa proposição, passando da noção das proposições categoriais às letras, à matematização, por meio dos quantificadores:  $\forall$  (*para todo*) e  $\exists$

(*existe*). Mas essa grafia não é suficiente para tratar de prover uma notação operativa à inexistência da relação sexual, pois a não relação imediata de um sujeito (argumento) à função não se resolve com a negação da função, como propõe a universal negativa. Então Lacan interpõe um deslizamento com a negação. Assim, o que num primeiro momento foi localizado como:



Fonte: Lacan (2009, p. 129).

num segundo momento, apresenta uma nova possibilidade de negação, aquela propiciada por sua alocação sobre os próprios quantificadores:

$$\begin{array}{cc} \exists x. \overline{\Phi x} & \overline{\exists x. \Phi x} \\ \forall x. \Phi x & \overline{\forall x. \Phi x} \end{array}$$

Fonte: Lacan, 2012, p. 94.

A função que é articulada com os quantificadores, como já vimos, é a função fálica. Observamos que, ao incidir sobre a função, a negação tem caráter forclusivo, ao passo que sobre os quantificadores, a negação permite um caráter de discordância, que não necessariamente implica exclusão da função, mas possibilita, com esta, uma tramitação singular.

Passamos, então, ao terceiro registro, do campo modal. A particular negativa, a exceção, é localizada no campo do necessário. A suspensão da função fálica a partir da noção de que há *ao menos um* não subjugado à falibilidade dessa função, que supostamente acessaria o gozo original, inscreve-se no campo do necessário, pois é uma necessidade de discurso que desemboca na exceção que fundará o universal. Esse universal – todo homem tombará ao golpe da castração – só pode ser a afirmação de um possível. Então a universal afirmativa será localizada no campo modal do possível. Ambos os campos foram localizados no modo *homem* de “fazer girar o que concerne à pretensa relação sexual” (Lacan, 2012, p. 194). No modo *mulher*, com o deslizamento da negação para o quantificador, temos que a ausência de uma exceção, “a formulação expressa de que nenhum *x*” satisfaz “a proposição  $\Phi$  de *x*

negada” (Lacan, 2012, p. 101), funda-se no campo do impossível. Ou seja, “não existe esse  $x$ , para dizer que não é verdade que seja a função fálica que domina a relação sexual” (Lacan, 2012, p. 195). Sem exceção, não há o que garanta o universal da mulher; por isso o *não-toda*, cuja referência à função fálica se escreve no campo do contingente, demarcando o que “para de não se escrever” (Lacan, 2008c, p. 100) frente ao impossível.

Mas na lição “Teoria das quatro fórmulas”, do seminário 19, resta ainda um novo registro: quatro formas de hiências entre os termos existência, contradição, indecível e objeto  $a$ , que apontam a disposição das fórmulas da sexuação. Pareceu-nos ser essencial determo-nos nessas hiências, uma vez que a própria estrutura do inconsciente é de uma hiência (Lacan, 2008b), e também porque elas permitem a Lacan propor uma circulação entre os termos. Vejamos do que se trata.

#### **4 COMO CIRCULAM OS TERMOS DA SEXUAÇÃO? O PROJETO POLÍTICO LACANIANO**

Lacan propõe para essa construção uma circulação entre os termos da sexuação, conforme disposição apresentada no item anterior, a partir da qual trabalhamos uma decomposição a fim de aproximar o político com base na teoria da hegemonia de Laclau. Reproduzimos a circulação a que Lacan se refere, que pode ser acompanhada nas primeiras imagens acima:

Quanto àquilo que necessita da existência, partimos da hiência do indecível, entre o *não-todo* e o *não uma*. Depois disso chega à existência. E então, depois disso, chega ao fato de que todos os homens estão em poder da castração. Isso chega ao possível, porque o universal nunca é outra coisa. Quando vocês dizem que *todos os homens são mamíferos*, isso quer dizer que todos os homens possíveis podem sê-lo. E depois, isso vai para onde? Vai para o objeto  $a$ . É com o objeto  $a$  que nos relacionamos. Em seguida, vai para onde? Vai para onde a mulher se distingue por não ser unificante. Já não resta senão completar aqui, para chegar à contradição e voltar ao *não todas*, que, em suma, não é nada além da expressão da contingência (Lacan, 2012, p. 201-202).

O primeiro ponto dessa composição é a hiência do indecível<sup>2</sup>. Partir daí é construir uma fixação do real a partir da estrutura discursiva falida justamente pelo incessante apelo

---

<sup>2</sup> A base da noção do indecível são as formulações do matemático Kurt Gödel no contexto da crise dos fundamentos da matemática gerada, principalmente, quando a validade da demonstração de axiomas da geometria euclidiana foi posta em xeque, o que fez surgir uma busca por novos axiomas. Gödel indicou que em todo sistema formal com uma teoria de números finitos, existem proposições aritméticas *indecíveis*, donde a consistência de tal sistema não poderá ser demonstrada, tampouco os enunciados poderiam ser refutados dentro desse sistema, sendo este, portanto, incompleto (Le Gaufey, 2018).

desse real (Lacan, 2003). No campo do social, Laclau demonstrou que o fechamento de um sistema sempre incompleto, a sutura do tecido social, passa por uma decisão que parte de um campo indecidível, pois não há predeterminações à sua instituição. No campo da constituição da sexualidade para os seres falantes, igualmente partimos da hiância do indecidível, como pontua Lacan, indicando-nos, por um lado, que se trata de uma incompletude; por outro, que sua fixação não apaga essa dimensão. Laclau (2011, p. 136) afirma que

[...] a estrutura requer conexões contingentes como parte necessária de sua identidade, mas tais conexões – precisamente por serem contingentes – não podem ser logicamente derivadas de qualquer ponto no interior da estrutura. Assim, o fato de que apenas um dos caminhos possíveis seja tomado, de que apenas uma das conexões contingentes seja efetivada, é indecidível no contexto da estrutura.

Essa complexidade da operação hegemônica, ou seja, da constituição das identidades sociais, nos parece poder ser localizada na formalização dos termos da sexuação, pois entendemos que a inscrição dos seres falantes enquanto seres sexuados não será logicamente derivada, mas partirá do caráter indecidível no contexto da estrutura que conta com um ordenamento fálico. Nesse ponto, passamos à hiância da existência, numa relação entre o impossível e o necessário, e o que disso Lacan articulou a respeito do universal possível a partir da castração.

Laclau (2000) baseia todo seu raciocínio sobre a constituição do social tendo como horizonte um objeto impossível e necessário – a totalidade do social – que se traduzirá na representação possível do incomensurável através dos processos de identificação.

A substância ética da comunidade – o momento de sua totalização ou universalização – representa um objeto que é simultaneamente impossível e necessário. Como impossível, é incomensurável com toda ordem normativa; como necessário, deve ter acesso ao campo da representação, o qual é unicamente possível se a substância ética está invertida em alguma forma de ordem normativa (Laclau, 2003, p. 84, tradução nossa).

A inversão ética da substância impossível e necessária “a sociedade”, a que se refere Laclau, diz respeito às demandas sociais que organizam cadeias equivalenciais, abrindo mão de parte de sua própria particularidade para encarnar uma totalidade que as transcende. Essa universalização de um objeto impossível e necessário se faz *possível*, podemos pensar, em analogia àquela universalização postulada por Freud em “Totem e tabu”. Nesse mito, vemos que o acesso ao campo da representação, ou seja, ao campo do gozo possível, se dá a partir do ato de assassinato do pai da horda, cuja *existência* (entre o campo modal impossível e o

necessário) detinha um gozo ilimitado inacessível, que caracterizava a exceção, a suspensão da função fálica. A universalidade, a regra, se constitui a partir da operação que indica que todos os homens passam a estar submetidos à castração. Torna-se *possível* aos irmãos gozarem de maneira não ilimitada, mas sim, a partir de um gozo representado sempre de forma indireta/inadequada. Esse objeto impossível e necessário para Laclau, que desemboca no fechamento precário da sociedade, se traduz então na representação possível de uma totalidade incomensurável.

Essa será uma operação de sutura. O mecanismo que opera conferindo a uma particularidade o horizonte de assunção de uma representação de algo diferente de si mesma será apresentado no que Laclau indicou como processo de nomeação. Voltemos à movimentação dos termos da sexuação: avançando na circulação, Lacan aponta para a hiância do objeto *a*, no sentido do possível (universal) ao contingente (não-todo). A operação hegemônica, para Laclau (2013), é análoga à lógica do objeto *a* no que ele a tomava por um investimento radical. Tal analogia é tributária dos estudos com Joan Copjec em que os autores analisam que o objeto parcial da pulsão não apenas representa a Coisa inacessível, como torna essa última apenas uma “ilusão retrospectiva” (Copjec *apud* Laclau, 2013, p. 176). Nas palavras de Copjec, retomadas por Laclau (2013, p. 177), o objeto parcial “emerge do vazio, da falta, causados pela perda do *Plenum* ou *das Ding* original. No lugar da satisfação mítica derivada do fato de ser uno com a Coisa materna, o sujeito agora experimenta sua satisfação com este objeto parcial”. Temos, nessa passagem, tanto que o objeto parcial se torna essencialmente um todo<sup>3</sup>, quanto a indicação de que se trata de uma encarnação contingente, pois o objeto parcial não está predeterminado *a priori*.

A lógica política que revela o caráter ontológico do objeto *a* em uma analogia à operação hegemônica de constituição de cadeias equivalenciais a partir de significantes vazios foi localizada por Laclau (2013, p. 184) da seguinte forma:

Corporificar algo somente pode significar dar um *nome* àquilo que está sendo corporificado; como, porém, aquilo que é corporificado é uma plenitude impossível, algo que carece de uma consistência independente, a entidade ‘que corporifica’ torna-se o objeto total do investimento de catexia. O objeto que corporifica é, assim, o derradeiro horizonte daquilo que é alcançável.

---

<sup>3</sup> Importante pontuarmos que essa parcialidade que se torna um todo não é sem resto, uma vez que o próprio objeto *a* comporta essa particularidade, como nos lembra Marcus André Vieira (2022).

A força da identificação a um modelo, ou seja, a catexia libidinal em um objeto inibida de sua meta sexual analisada na constituição das massas por Freud (2020b), orientará em grande medida a análise de Laclau no seio de sua teoria populista. A sutura e a consequente instituição do tecido social se dão por meio de um significante que se destitui de conteúdo, ainda que seja uma particularidade do sistema, para assumir a representação de uma totalidade impossível. Esse processo de nomeação, como processo sublimatório de constituição do povo, “eleva o objeto [parcial] à dignidade da Coisa”, onde retomamos a hiância do objeto *a*. Interessante pensar que o objeto *a* causa a representação por seu caráter de resto, de impureza. Como aponta Nora Merlín (2017, p. 78), analisando a crítica lacaniana à noção de representação clássica a partir da concepção a respeito do olhar,

[...] a psicanálise pensa que essa imagem clássica que se constitui como visão não é suficiente para dar conta dos efeitos sobre a subjetividade, pois é uma imagem que constitui uma totalidade, uma continuidade, uma homogeneidade, mas que não dá conta dessa impureza que causa a representação e que ainda não se inclui nela, só se ‘vê’ como mancha.

O processo de nomeação é aproximado à lógica do objeto *a* justamente por se tratar da instituição de uma totalidade não unificada, que só se captura a partir de um objeto de impureza que causa a representação. A nomeação não é uma representação pura, não é uma literalidade, nem uma transparência, uma vez que o objeto *a* relembra o “déficit da representação” (Merlín, 2017, p. 78), ao mesmo tempo que permite “aludir a uma totalidade ausente” (p. 79)<sup>4</sup>.

Seguindo nossa imagem da disposição dos termos da sexuação, temos que a movimentação das fórmulas de Lacan vai para o lado esquerdo, onde encontramos a hiância da contradição, e volta ao que está inscrito no modal da contingência, o *não-toda*.

Barbara Cassin (2013, p. 14) elucida que o princípio aristotélico da não contradição, enquanto “aporia da fundamentação última” só se sustenta na “univocidade do sentido”. Mas, na concepção lacaniana, “não há sentido que não seja equívoco, e isso se chama ‘ab-senso’, escapadela para fora da norma aristotélica do sentido” (p. 17).

Ora, essa nos parece uma leitura interessante de se aproximar àquela da ruptura da noção de essencialismo unificante que imperava na concepção social moderna, em que Laclau identifica uma fundamentação última à universalidade, da totalidade social, que organizava

---

<sup>4</sup> Pontuamos que nosso trabalho apresenta uma interpretação com Psicologia das massas e análise do eu de maneira distinta da que traz Merlín nesse breve artigo.



um sentido unívoco a qualquer ação política a partir de sua representação. A lógica da encarnação na constituição dos agentes sociais é dissonante da noção de univocidade de sentido, pois é da hiância entre significante e significado, do vazio que tem lugar entre um conteúdo particular e a função do preenchimento desse espaço, que se dá a possibilidade de instituição de uma totalidade *precária, contingente* e atravessada por uma *indecidibilidade radical*. Ou seja, a constituição das identidades sociais só pode dar-se no campo da equivocidade.

A maneira como Lacan desvia do princípio da não contradição de Aristóteles é elucidada por Cassin (2013, p. 30): “Qual é, então, o provérbio que faz objeção à universalidade da não contradição? O banal: a exceção faz a regra”. Como nos mostra a disposição dos termos da sexuação, a hiância da contradição se encontra entre a exceção (existe  $x$  que não *fi* de  $x$ ) que funda o *para todo*, e a instituição da universalidade da função fálica.

Esse avanço no que se refere à universalidade, que como demonstramos revela a operação pela equivocidade, aponta um movimento contemporâneo:

O fato de que, então, tudo se encadeie/desencadeie de outro modo é contemporâneo: um sujeito, a função fálica, nem verdadeiro nem falso, mas decaído no furo, e uma topologia muito mais complexa, moebiusada e torada, do que a do dentro/limite/fora que define o sentido aristotélico (Cassin, 2013, p. 31).

Vemos aqui a proximidade com a alternativa revelada por Laclau (2011, p. 140) a partir da queda das grandes narrativas da modernidade, que desvelam a impossibilidade de a estrutura ser “reconciliada consigo mesma”, sendo, portanto, “habitada por uma falta original, por uma indecidibilidade radical”.

Por fim, sobre a relação entre univocidade de sentido e o princípio da não contradição, Cassin (2013, p. 15) evidencia a demonstração aristotélica:

Aristóteles demonstrou o indemonstrável princípio da não contradição por meio de uma série de equivalências, tomadas como evidências: falar é dizer algo, dizer algo é significar algo, significar algo é significar algo que tem um sentido e só um, o mesmo para si e para os outros. Foi isso que denominei de ‘decisão do sentido’.

Bem, se o ab-senso passa a ser localizado como a condição transcendental de sentido, é plausível considerar que a decisão do sentido, diferentemente da concepção aristotélica, é perpassada por um “equivoco intratável” (Cassin, 2013, p. 27), que nos reenvia à expressão da

contingência. Uma vez que parte da noção de articulação hegemônica, pela operação de nomeação que institui que uma particularidade assuma uma totalidade incomensurável, Laclau (2011, p. 74) elucida que “nada estabelece que um corpo particular esteja predeterminado a encarnar a negação [do ser] enquanto tal”. Há uma articulação contingente que caracteriza a operação hegemônica que entendemos estar associada à “decisão do sentido” que Cassin recupera com as considerações lacanianas a respeito da contradição. Esse vazio constitutivo “abre um movimento de indecidibilidade ontológica irreduzível” (Laclau, 2011, p. 139), e o sentido só pode ser uma decisão que é expressão da contingência. Voltamos, assim, ao ponto de partida dos termos da sexualização, a hiância do indecidível.

## CONCLUSÃO

A descoberta freudiana fez uma marca indelével no mundo e nos sistemas de pensamento, descentrando o ser humano em sua pretensão de unidade e homogeneidade. Exatamente nesse sentido nos autorizamos a tomar o político enquanto operador analítico à psicanálise, em uma das teses fulcrais de Lacan, de arqueologia freudiana, a respeito do sexual, a saber, a constituição subjetiva a partir das fórmulas da sexualização.

Localizar o projeto laciano a respeito da constituição sexuada dos seres falantes enquanto uma decisão de Lacan quanto a uma inscrição, possível em sua precariedade, ao real, nos leva a considerar, então, que uma analisanda, um analisando levam aos espaços clínicos os impasses a respeito do sexual, caminhando por uma superfície que desemboca no que é o próprio político. Em outras palavras, ao aproximarmos a lógica de constituição dos seres sexuados à operação hegemônica de instituição do social, trazemos nova luz ao aforisma “o inconsciente é a política”, ao lembrarmos o que isso implica do sexual. Concluimos que a própria lógica de instituição do social a partir da noção de articulação hegemônica, ou seja, a encarnação de um objeto impossível por um conteúdo contingente incomensurável, indica a lógica de constituição subjetiva dos seres sexuados, que têm o gozo sexual propriamente dito como objeto impossível.

## REFERÊNCIAS

SILOGISMO. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos de Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ASSOUN, Paul-Laurent. **Introdução à epistemologia freudiana**. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1983.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. **Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**, p. 1-21, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129013954/joan7.pdf>. Acesso em: 20 março 2020.

CASSIN, Barbara. O ab-senso ou Lacan de A a D. *In*: BADIOU, Alain; CASSIN, Barbara. **Não há relação sexual**: duas lições sobre “o aturdido” de Lacan. Tradução de Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 9-56.

COPJEC, Joan. Sexual difference. **Political Concepts**: a critical léxicon. n. 3, p. 1-8, 2014. Disponível em: <http://www.politicalconcepts.org/sexual-difference-joan-copjec/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FERREIRA, Mateus Ricardo Fernandes. O que são silogismos perfeitos? **doispontos**, v. 10, n. 2, p. 189-224, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v10i2.32042>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREUD, Sigmund (1924). O declínio do complexo de Édipo. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas de Sigmund Freud, 7**: amor, sexualidade, feminilidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 247-258.

FREUD, Sigmund (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas de Sigmund Freud**: Cultura, Sociedade, Religião: o mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 137-232.

FREUD, Sigmund (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6**: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentário de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13-172.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LACAN, Jacques (1966-1967). **A lógica do fantasma**: Seminário 1966-1967. Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2008a. (Publicação não comercial).

LACAN, Jacques (1953). Função e campo da fala e da linguagem. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, Jacques (1972). O aturdido. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 448-497.

LACAN, Jacques (1964). **O Seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.

LACAN, Jacques (1971). **O seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse semblante. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, Jacques (1971-1972). **O seminário, livro 19**: ...ou pior. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LACAN, Jacques (1972-1973). **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008c.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Coordenação e revisão técnica geral de Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. Identidad y hegemonia: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas. *In*: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonia, universalidad**: diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires: Fondo de cultura económica de Argentina, 2003. p. 49-94.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical e plural. Tradução de Joanildo Albuquerque Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites do totalitarismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GAUFEY, Guy. **A incompletude do simbólico**: de René Descartes a Jacques Lacan. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Júnior. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

MERLÍN, Nora. Política e representação: uma abordagem psicanalítica. *In*: SILVA, Luis Gustavo Teixeira da *et al.* **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 73-88.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Os contornos da política: hegemonia, antagonismos e desentendimentos. *In*: COSTA-VAL, Alexandre *et al.* **Confins do político**. Curitiba: CRV, 2019. p. 27-55.

ZUPANČIČ, Alenka. Sexual difference and ontology. *e-flux journal*, n. 32, 2012. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/32/68246/sexual-difference-and-ontology/>. Acesso em: 30 jun. 2020.